

## ATENDIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS RECOMENDAÇÕES DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI)

### Resumo

Este artigo descreve o comportamento de cinco instituições financeiras pertencentes à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa do ano de 2011 - Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Bicbanco - quanto ao atendimento ao que preceitua a *Global Reporting Initiative* (GRI) - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros (SSSF) sobre a evidenciação nos Relatórios de Sustentabilidade de informações de caráter ambiental. Estas informações são relacionadas com indicadores sobre materiais, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e aspecto geral. A pesquisa é aplicada, qualitativa, descritiva e documental, tendo-se adotado a técnica de análise de conteúdo. Os resultados do estudo revelam que as divulgações realizadas pelas instituições financeiras da amostra são aderentes ao que estabelece o padrão da *Global Reporting Initiative* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros (SSSF), pois a quase totalidade faz referência aos indicadores. No entanto, quanto às unidades de medida evidenciadas pelas instituições nos indicadores não há estabelecimento de um padrão, o que dificulta a comparação da própria instituição em relação ao consumo do exercício atual e do anterior, bem como a comparação entre as instituições.

**Palavras-chave:** Evidenciação Ambiental; *Global Reporting Initiative*; Serviços Financeiros.

### 1 Introdução

Até a década de 1970 o desenvolvimento das entidades tinha como objetivo somente o retorno econômico, sem levar em conta aspectos relacionados com o meio ambiente (FRIEDMAN, 2009). A partir dos anos 1970, as organizações começaram a perceber que suas atividades econômicas seriam comprometidas no longo prazo se as decisões continuassem a serem tomadas considerando apenas o aspecto financeiro. Assim, começaram os debates sobre responsabilidade social corporativa (RSC) e sustentabilidade.

Caldelli e Parmigiani (2004) esclarecem sobre as principais diferenças entre estes dois conceitos, os quais se inter-relacionam e são comumente confundidos. A RSC refere-se à inclusão de critérios sociais e ambientais no processo decisório da empresa, além do econômico. Já a sustentabilidade é a predisposição da empresa em assumir os encargos pelos impactos causados na sociedade.

O conceito mais difundido na literatura encontra-se no documento A/42/427, denominado de Relatório *Brundtland*, emitido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1987, que elege o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades (AMARAL, 2003; BEATO, SOUZA, PARISOTTO, 2009).

Dez anos mais tarde, em 1997, foi criada a *Global Reporting Initiative* (GRI) entidade não governamental, com sede na Holanda, tendo uma estrutura de *multistakeholders* e objetivo de definir um padrão de apresentação para os relatórios de sustentabilidade. Para a GRI (2010, p. 6) “elaborar os relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável”.

A fim de atender aos princípios para definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade, a GRI emitiu pronunciamentos específicos para setores da economia, como o suplemento para o setor de serviços financeiros, objeto de estudo nesse artigo. Assim, nesse estudo busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: Qual é a aderência de instituições financeiras pertencentes à carteira do ISE 2011 às recomendações de evidenciação ambiental da *Global Reporting Initiative* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros? O objetivo geral, portanto, é descrever a aderência de instituições financeiras pertencentes à carteira do ISE 2011 às recomendações de evidenciação ambiental da *Global Reporting Initiative* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros.

Estudos como de Acquier e Agerri (2008); Santos e Silva (2010); Strugatch (2011); Vasconcelos; Alves; Pesqueux (2012); Sun (2012), entre outros, têm abordado a temática relacionada com a responsabilidade social corporativa e investigado as práticas socioambientais das organizações, no entanto, há um número limitado de pesquisas que tenham investigado o comportamento socioambiental de instituições financeiras (BENEDICTO, 2012; KHAN et al, 2011 e NASCIMENTO et al, 2011). Especificamente sobre a divulgação de informações ambientais no padrão *Global Reporting Initiative*, no que se refere ao Suplemento Setorial de Serviços Financeiros não se encontrou pesquisas realizadas no Brasil, o que justifica a realização desse estudo.

## 2 Estudos sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em Instituições Financeiras

Achua (2008) analisou a importância da RSC na estabilidade bancária na Nigéria, considerando que o sistema bancário é a mola propulsora para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. O autor identificou vícios auto-induzidos, pouca regulamentação, ambiente macro-econômico desfavorável e corrupção endêmica como inibidores de desempenho eficaz de RSC nas instituições bancárias na Nigéria.

Khan, Halabi e Samy (2009) investigaram as práticas de comunicação social de algumas instituições bancárias de Bangladesh, e a percepção dos usuários quanto às divulgações da RSC. Com base nos relatórios anuais de 20 instituições bancárias listadas em *Dhaka Stock Exchange* (DSE), os resultados indicam que as instituições bancárias fizeram algumas (ainda que poucas) divulgações sobre RSC em base voluntária.

Day e Woodward (2009) analisaram o nível de cumprimento das diretrizes específicas desenvolvidas para o setor de serviços financeiros do Reino Unido nas divulgações da RSC das organizações que compõem seus três subsetores (bancos, seguradoras e sociedades de construção). Os pesquisadores encontraram um nível de divulgação baixo em todo o setor de serviços financeiros, constatando maior divulgação em organizações maiores.

Wajnberg e Lemme (2009) examinaram as informações socioambientais divulgadas por instituições do setor bancário brasileiro para entender sua associação com o desempenho financeiro corporativo. Os resultados sugerem que tanto as práticas de sustentabilidade como os maiores níveis de associação destas com o desempenho financeiro corporativo, se fazem mais presentes na divulgação de informações de empresas de maior porte.

Aribi e Gao (2010) analisaram a influência do Islã na divulgação da Responsabilidade Social Corporativa (DRSC) em instituições financeiras islâmicas (IFI). Os autores observaram diferenças significativas no nível e na extensão da divulgação entre as instituições financeiras, em grande parte devido à divulgação sobre temas como religião, incluindo dentre outras doação de caridade, e empréstimos sem juros.

Moretti (2010) investigou a comunicação de alguns bancos nacionais com base no apelo social ou ambiental, comparativamente a evidências de suas práticas de responsabilidade social. O autor conclui que práticas do setor bancário em temas como trabalhadores, meio ambiente e consumidores apresentam resultados assimétricos negativos em comparação ao que é apresentado nas campanhas publicitárias, e o relacionamento com os consumidores teve notas baixas.

Farook, Hassan e Lanis (2011) desenvolveram e testaram um modelo teórico dos determinantes das divulgações sociais nos bancos islâmicos. Os resultados indicam que a divulgação da Responsabilidade Social por bancos islâmicos variou significativamente, e que a variação é mais bem explicada pela influência do público e pela Sharia (Lei Islâmica). O nível social, liberdade política e a proporção de depósitos em conta de investimento em ativos totais são também determinantes significativos da divulgação da RSC dos bancos islâmicos.

Nascimento et al. (2011) analisaram o Grau de Aderência Plena (GAPIE) e de Evidenciação Efetiva (GEE) de cinco bancos, considerando os indicadores essenciais econômicos, ambientais e sociais. Dois bancos apresentaram alto GAPIE e um apresentou alto GEE. O GAPIE e o GEE tiveram em geral um nível de aplicação médio, refletindo a enorme quantidade de dados omitidos, inconsistentes ou com aderência parcial apresentados pelas instituições. O melhor desempenho do GAPIE ocorreu na área ambiental, e do GEE na área social.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa é caracterizada como descritiva quanto aos objetivos, qualitativa quanto à abordagem do problema e documental quanto aos procedimentos técnicos (GIL, 2010). A amostra do estudo é não probabilística e compreende somente as instituições cujo objeto é a intermediação de serviços financeiros, pertencentes à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa do ano de 2011, a saber: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Bicbanco.

Os dados foram coletados nos Relatórios de Sustentabilidade divulgados pelos bancos, considerando os Indicadores Essenciais de Desempenho Ambiental, classificados de acordo com a GRI-SSSF (2010) em: (1) materiais; (2) água; (3) biodiversidade; (4) emissões, efluentes e resíduos; (5) produtos e serviços; (6) conformidade; (7) transporte; e (8) aspecto geral. Assim, buscou-se evidenciar os seguintes indicadores nos relatórios, constatando sua divulgação ou não pelas instituições.

Quadro 1: Indicadores Essenciais de Desempenho Ambiental – GRI (SSSF).

Indicador	Descrição
EN1	Materiais usados por peso ou volume
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária
EN8	Total de retirada de água por fonte.
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN16	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.
EN17	Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
EN20	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
EN28	Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Fonte: *Global Reporting Initiative (2010)* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros.

Na análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, na qual a organização da codificação compreende três escolhas: 1) o universo de análise; 2) as unidades de análise ou unidades de registro; 3) as categorias de análise (BARDIN, 1997).

#### 4 Apresentação e Análise dos Dados

As evidenciações divulgadas pelas instituições da amostra referentes a cada indicador de desempenho ambiental, padrão *Global Reporting Initiative* – Suplemento Setorial de Serviços Financeiros são apresentadas e analisadas a seguir. A evidenciação relacionada com materiais usados por peso ou volume consta no Quadro 2.

Quadro 2: Indicador EN1 - Materiais usados por peso ou volume

Banco do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Papel: A instituição divulga que possui o projeto Dossiê Eletrônico de Operações, que possibilita a substituição de cópias físicas de documentos por imagens digitalizadas. A estratégia permite o reaproveitamento de imagens dos documentos utilizados na análise e contratação da operação, diminuindo o consumo de papel. O consumo de papel A4 no ano de 2011 foi de 3.399 toneladas frente 3.516 toneladas em 2010.</li> </ul>
Itaú Unibanco	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Papel: O volume de papel utilizado pelo Itaú Unibanco em 2011 foi de 11.652 toneladas, menos do que no ano de 2010 devido aos esforços para ampliar o mapeamento do consumo de materiais por toda a organização.</li> <li>✓ Material de TI: O banco utilizou 235,75 toneladas referentes a monitores, <i>desktops</i> e <i>notebooks</i> e esses materiais são provenientes de origem não renovável.</li> <li>✓ Plásticos (PVC): foram consumidos 254 toneladas referentes a confecção de cartões. O corpo do cartão é feito em PVC e são agregados outros elementos, como tarja magnética (óxido de ferro), painel de assinatura e holograma (poliéster).</li> <li>✓ O total de material consumido em 2011 foi de 12.142 toneladas</li> </ul>
Bradesco	<p>O Bradesco evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Toners</i>/cartuchos de tinta novos – 2.699 unidades;</li> <li>✓ <i>Toners</i>/cartuchos de tinta remanufaturados – 70.458 unidades;</li> <li>✓ Papel A4 branco certificado pela <i>Forest Stewardship Council</i> (FSC) – 3.835,15 toneladas;</li> <li>✓ Plástico usado em cartões – 225,80 toneladas;</li> <li>✓ Plástico em cartões de senha de segurança – 87 toneladas;</li> <li>✓ Plásticos em cartões de segurados – 33,56 toneladas;</li> <li>✓ Papéis reciclados – 196 toneladas;</li> <li>✓ Persianas provenientes de material reciclado – 3.299,41 m<sup>2</sup></li> <li>✓ Cartões de PET reciclado – 1,28 toneladas.</li> </ul>
Santander	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN1.
Bicbanco	O Banco divulga que tem como premissa a utilização de papel com certificação <i>Forest Stewardship Council</i> (FSC); 97,7% do total utilizado é proveniente de fontes recicladas. Em 2011 foram utilizadas 48,2 ton. de papel para impressão, desse total, 25% foram destinadas para a reciclagem.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Os dados expostos no Quadro 2 revelam que o Itaú Unibanco e o Bradesco são os que mais divulgaram o uso dos materiais em suas atividades operacionais, não se restringindo somente ao uso do papel como foi divulgado pelo Banco do Brasil e pelo Bicbanco. Verifica-se que não há uma uniformização sobre o indicador EN1, sendo que cada instituição divulga os dados de acordo com critérios próprios, por exemplo, o Banco do Brasil e o Itaú Unibanco divulgaram redução no uso de papel em relação ao exercício anterior, questão não observada nas demais instituições. No relatório do Banco Santander não foi identificada evidência sobre o indicador EN1. O Quadro 3 apresenta informações divulgadas sobre o indicador EN2.

Quadro 3: Indicador EN2 - Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem

Banco do Brasil	A instituição divulga o Programa de Recondicionamento de Cartuchos de <i>Toner</i> (Prorec): em 2011 resultou no recondicionamento de 103.801 unidades, das 109.229 consumidas, resultando num percentual de 95% recondicionados.
Itaú Unibanco	O banco divulga que não há consumo mensurado de materiais provenientes de reciclagem.
Bradesco	O Bradesco evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011: <i>Toners</i> /cartuchos de tinta remanufaturados – 96,34%; Papéis reciclados (toneladas) – 4,86%; Cartões de PET reciclado (toneladas) – 0,57%.
Santander	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN2.
Bicbanco	O Bicbanco ao divulgar o consumo de papel para impressão relata que 47,1 toneladas de sulfite A4 era proveniente de origem 100% reciclada e 1,1 ton. de papel sulfite A4 referia-se a papel branco, o que perfaz um consumo de 48,20 toneladas consumidas em 2011.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Com base nos dados apresentados no Quadro 3, observa-se que as instituições reportam-se ao consumo de *toners* e cartuchos, bem como ao papel como materiais que são utilizados observando o processo de reciclagem. Na divulgação dos dados pelo Banco Bradesco tem-se os percentuais de materiais reciclados, não sendo divulgado o total

consumido, o que dificulta a compreensão do leitor. Observa-se que não há padronização das informações pelas instituições. Os dados divulgados pelas instituições relacionados com o indicador EN3 são:

Quadro 4: Indicador EN3 - Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária

Banco do Brasil	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN3.
Itaú Unibanco	A instituição relata que o consumo de energia direta em 2011 foi de: i) fonte não-renováveis: 70.472,30 GJ (Giga Joules) e, ii) fonte renováveis: 1.372,00 GJ (Giga Joules), totalizando 71.844,30 GJ (Giga Joules).
Bradesco	O Bradesco evidencia o consumo de energia em GJ (Giga Joules) relativos a 2011: ✓ Gasolina - 865.832,53; Álcool - 281.989,51; GNV - 15.989,89; Jet fuel - 179.009,58; ✓ Diesel - 1.160.459,75; Gasolina de aviação - 29.560,45.
Santander	Não foi encontrado evidência do indicador EN3.
Bicbanco	Os cálculos do consumo indicam 321 mil litros de combustível do avião próprio e 150 mil litros de gasolina dos deslocamentos dos carros de funcionários a negócios, o que corresponde a um total de 14.073 GJ (Giga Joules) de energia proveniente de fontes não renováveis e 794 GJ (Giga Joules) de fontes renováveis, considerando-se a mistura de etanol na gasolina brasileira.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Os bancos Itaú Unibanco, Bradesco e Bicbanco divulgaram informações relacionadas com este indicador, porém não fazem referência a fonte de energia primária. No relatório de sustentabilidade do Santander não constam os dados e o Banco do Brasil informa que a informação está na página 142 do relatório, entretanto não foram encontrados dados sobre o consumo de energia direta, somente sobre emissões de gases do efeito estufa. Quanto ao consumo de energia indireta (Indicador EN4) as informações são:

Quadro 5: Indicador EN4 – Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária

Banco do Brasil	A energia indireta consumida é adquirida de concessionárias de energia e que a fonte dessas distribuidoras é baseada na matriz energética brasileira, majoritariamente renovável (cerca de 70%). Em 2011 o banco consumiu 2.307 Tj (Terajoules) de energia frente a 2.139 em 2010.
Itaú Unibanco	O consumo de energia indireta no ano de 2011 foi de 2.208.433,0 GJ (Gigajoules) contra 2.152.018 consumidos em 2010. Toda a energia comprada pelo banco é proveniente de concessionárias, e no Brasil não há uma legislação que determine o fornecimento da fonte de energia utilizada pelas distribuidoras.
Bradesco	O Bradesco evidencia o consumo de energia em GJ (Gigajoules) relativos ao exercício 2011: ✓ Eletricidade comprada - 1.497.102,21; GJ por funcionário - 14,17.
Santander	A instituição divulga que atualmente, toda a energia consumida pelos prédios CASA1 e CASA3 vem de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa fonte também abastece parte da energia consumida na Torre e representa hoje 45% do total fornecido para os prédios administrativos. O consumo em 2011 foi apresentado a seguinte forma: ✓ consumo nas agências, PABs e PAEs (concessionárias) - 814.922 GJ (Gigajoules); ✓ nos prédios administrativos (concessionárias) - 198.716 GJ (Gigajoules), (considera 15 prédios administrativos). O Santander divulga ainda o consumo específico por funcionário: ✓ agências, PABs e PAEs - 21,6 GJ (Gigajoules); ✓ prédios administrativos - 16,4 GJ (Gigajoules).
Bicbanco	No relatório de sustentabilidade do banco não é possível determinar com precisão qual é a origem da energia elétrica indireta que o Bicbanco utilizou em 2011 uma vez que o sistema de distribuição de energia no Brasil é interligado. No entanto, pode-se estimar com base nos dados de geração de energia fornecidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que dos 11.898 GJ (Gigajoules) de energia consumida, 10.893 GJ (Gigajoules) foram provenientes de fontes renováveis e 1.003 GJ (Gigajoules) de fontes não renováveis com base nos padrões do País.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Percebe-se pelos dados evidenciados no indicador EN4 uma maior uniformização das divulgações pelas instituições, as quais se reportam ao consumo de energia obtido através das concessionárias, divulgando o consumo em gigajoules (Gj) e ou terajoules (Tj) totais e por funcionários (Bradesco e Santander). Os dados apresentados pelo Banco do Brasil e Itaú Unibanco reportam-se ao consumo do ano anterior. Entretanto, não há padronização dos

indicadores, principalmente quanto às unidades de medida, dificultando a análise dos usuários da informação. As informações sobre o indicador EN8 apresentadas nos relatórios são:

Quadro 6: Indicador EN8 - Total de retirada de água por fonte

Banco do Brasil	A água consumida nas dependências administrativas provém de concessionárias, cujos sistemas também são usados no descarte de efluentes. Assim, não há reutilização do recurso. O Banco relata o consumo de água somente nos edifícios administrativos com sede em Brasília, sendo que em 2011 foram utilizados 254.549 m <sup>3</sup> de água frente 203.348 m <sup>3</sup> de 2010 nos edifícios com sede na capital federal.
Itaú Unibanco	O volume de água retirada de fontes hídricas pelos prédios administrativos e agências em 2011 foi de 2.014.171 m <sup>3</sup> . Desse total, 1.915.881 m <sup>3</sup> vieram de concessionárias, e 98.290 m <sup>3</sup> , dos poços artesianos do Centro Administrativo Raposo, que estão em processo de obtenção das outorgas no DAEE, e do poço artesiano do Centro Administrativo ITM, que possui outorga para captação de água subterrânea concedida pelo DAEE.
Bradesco	O Bradesco evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Captação pluvial – 1.369 m<sup>3</sup>;</li> <li>✓ Captação de água subterrânea - poços – Alphaville – 8.537 m<sup>3</sup>;</li> <li>✓ Captação de água subterrânea - poços – Cidade de Deus – 103.379 m<sup>3</sup>;</li> <li>✓ Rede pública de abastecimento - 1.508.355,44 m<sup>3</sup>; m<sup>3</sup> por funcionário – 15.</li> </ul>
Santander	Toda a água consumida pelo banco é proveniente de Concessionária Pública de Abastecimento. O Santander evidencia ainda que diante da expansão da rede e do aumento do número de construções, o consumo total de água registrou um aumento de 11,95% em 2011, na comparação com o ano anterior. No total, foram utilizados 1.061.955 m <sup>3</sup> de água. Considerando apenas os prédios administrativos, houve uma redução de 9,4% no consumo de água em 2011.
Bicbanco	Não foi encontrado evidência deste indicador no Relatório de Sustentabilidade, faz referência a processos para reduzir o consumo, mas não divulga dados quantitativos.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Quando à divulgação do indicador EN8, observa-se que o Banco do Brasil evidencia o consumo apenas nos edifícios com sede em Brasília. Já o Itaú Unibanco, Bradesco e Santander reportam o consumo total, incluindo todas as dependências. Todas as instituições reportam que o maior consumo provém de concessionárias de abastecimentos. O Banco do Brasil e o Santander reportam-se ao aumento ou diminuição no consumo do ano anterior, dado não divulgado pelas demais instituições da amostra. Os dados divulgados em relação ao indicador EN11 são:

Quadro 7: Indicador EN11 - Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

Banco do Brasil	Apesar de não manter unidades em áreas protegidas ou que comprometam significativamente a biodiversidade, o tema é contemplado pelo banco em sua visão de sustentabilidade por meio da adesão a documentos relacionados. É o caso do Grupo de Trabalho da Moratória da Soja, no âmbito do qual a instituição se compromete a não financiar projetos em áreas desmatadas do bioma Amazônia. O Banco participa ainda do Fórum Amazônia Sustentável, integrado por diversas entidades para identificar e adotar ações de desenvolvimento da região.
Itaú Unibanco	O banco evidencia como área de preservação a Fundação Itaúclube que possui uma área protegida, localizada no Clube de Campo Guarapiranga, na capital paulista, com 7.601 m <sup>2</sup> de área construída em um terreno de 73.276 m <sup>2</sup> para uso dos funcionários do Itaú Unibanco. O clube encontra-se em área de proteção aos mananciais (APM) e subárea envoltória de represa (SER) de extrema importância para a região, cujo valor de conservação é regulado pela Lei nº 13.885/04, que trata do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo da Subprefeitura do M'Boi Mirim, e por seu zoneamento como Zona de Lazer e Turismo (ZLT-02), que definem normas de uso e parcelamento do solo urbano em área de preservação obrigatória.
Bradesco	A instituição informa que não opera dentro de áreas (possuídas, arrendadas ou administradas) protegidas, áreas de alto índice de biodiversidade ou áreas adjacentes a estas.
Santander	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN11.
Bicbanco	Embora não produza impactos diretos ou tenha suas unidades operacionais dentro de áreas protegidas, dispõe de propriedades na cidade de Campos do Jordão (SP) e na praia de Boraceia (SP), onde são mantidos controles regulares de conservação da vegetação original.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Pelos dados evidenciados no indicador EN11, percebe-se a preocupação das instituições com áreas protegidas. O Itaú Unibanco e o Bicbanco possuem propriedade em áreas protegidas. Tamanha atenção pode ser dispensada a divulgação do Banco do Brasil a qual se reporta a proteção ambiental em suas práticas somente no território da Amazônia, não destacando as demais partes do território brasileiro. Quanto ao indicador EN12, as informações divulgadas são:

Quadro 8: Indicador EN12 - Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

Banco do Brasil	Não é reportado o indicador EN12, pois não é aplicável às atividades bancárias, não há operações do banco em áreas em que haja alto índice de biodiversidade.
Itaú Unibanco	Como a maioria das operações do Itaú Unibanco se situa em áreas urbanas, o banco não realiza o monitoramento dos impactos das atividades na biodiversidade.
Bradesco	As unidades operacionais do Bradesco não impactam significativamente em áreas com grande incidência de biodiversidade.
Santander	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN12.
Bicbanco	A instituição divulga que os impactos indiretos à biodiversidade são gerenciados por meio das avaliações e da observância de critérios específicos na seleção de fornecedores.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

As instituições divulgam que o indicador não é aplicável nas suas atividades. Entretanto, as instituições financeiras, como apresentado no referencial teórico, contribuem com financiamentos a projetos cujas atividades podem ser desempenhadas em áreas com alto índice de biodiversidade. As divulgações relacionadas com o indicador EN16 são:

Quadro 9: Indicador EN16 - Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso

Banco do Brasil	Emissão de CO <sub>2</sub> - o Banco do Brasil publica seu Inventário de Emissões baseado na metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, que contempla emissões provenientes da frota de veículos, da energia elétrica (geradores próprios e energia adquirida) e deslocamentos aéreos dos funcionários. A seguir divulgações do Banco do Brasil em 2011: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Frota de veículos próprio de uso das dependências – 4.435 tCO<sub>2</sub>e - redução de 8,55% em relação a 2010.</li> <li>✓ Geradores de energia – 1.102 t CO<sub>2</sub>e - redução de 9,74% em relação a 2010.</li> <li>✓ Biomassa – 1.757tCO<sub>2</sub>e - aumento de 7,39% em relação a 2010.</li> </ul>																
Itaú Unibanco	O banco relata que o total de emissões de GEE direta e indiretas foi de 30.645,40 t CO <sub>2</sub> e em 2011.																
Bradesco	Emissões de 15.620,95 tCO <sub>2</sub> e.																
Santander	A instituição divulgou o inventário de GEE relativo ao exercício de 2011: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ gases refrigerantes, geradores e frota de veículos - 7.598 CO<sub>2</sub> (toneladas);</li> <li>✓ compra de energia elétrica – 8.872 CO<sub>2</sub> (toneladas)</li> </ul>																
Bicbanco	O Banco mensura suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes do consumo de energia e combustíveis, direta e indiretamente, conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. <table style="margin-left: auto; margin-right: auto; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">GEE</th> <th style="text-align: right;">Escopo 1</th> <th style="text-align: right;">Escopo 2</th> <th style="text-align: right;">Escopo 3</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO<sub>2</sub></td> <td style="text-align: right;">718,39</td> <td style="text-align: right;">96,49</td> <td style="text-align: right;">622,27</td> </tr> <tr> <td>CH<sub>4</sub></td> <td style="text-align: right;">0,11</td> <td style="text-align: right;">0,00</td> <td style="text-align: right;">5,76</td> </tr> <tr> <td>N<sub>2</sub>O</td> <td style="text-align: right;">6,36</td> <td style="text-align: right;">0,00</td> <td style="text-align: right;">11,63</td> </tr> </tbody> </table> <p>Valores em toneladas métricas de CO<sub>2</sub> – equivalente (tCO<sub>2</sub>e).            Escopo 1: emissões diretas de fontes móveis, emissões diretas de fontes estacionárias, emissões fugitivas de equipamentos de refrigeração e ar condicionado.            Escopo 2: emissões indiretas pela compra de eletricidade.            Escopo 3: emissões indiretas de fonte móveis, viagens aéreas, transporte rodoviário e aéreo de cargas.</p>	GEE	Escopo 1	Escopo 2	Escopo 3	CO <sub>2</sub>	718,39	96,49	622,27	CH <sub>4</sub>	0,11	0,00	5,76	N <sub>2</sub> O	6,36	0,00	11,63
GEE	Escopo 1	Escopo 2	Escopo 3														
CO <sub>2</sub>	718,39	96,49	622,27														
CH <sub>4</sub>	0,11	0,00	5,76														
N <sub>2</sub> O	6,36	0,00	11,63														

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Percebe-se que todas as instituições evidenciam o indicador EN16, entretanto não há uma padronização para o relato, e ainda evidenciam o total de energia não destacando em direta e indireta. Pelas Diretrizes da *Global Reporting Initiative* – Suplemento Setorial de Serviços Financeiros, as instituições deverão divulgar comentário adicional sugerindo o relato de emissão de gases de efeito estufa relacionado a viagens de negócios. Essa evidência é observada unicamente no Banco do Brasil e no Bicbanco. “A partir da realização do seu inventário de GEE, o BB adotou medidas para a redução das emissões como

incentivos à diminuição de viagens e uso de equipamentos de videoconferências” (BANCO DO BRASIL – RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2011, p. 143).

O Bicbanco adota a prática de realizar reuniões por videoconferência entre os seus escritórios e agências. Essa iniciativa contribui para a redução de viagens aéreas e, conseqüentemente, reduz a emissão de gases causadores do efeito estufa. Em 2011, 714 viagens, que corresponderiam a 105,5 toneladas métricas de CO<sub>2</sub>e, foram evitadas (BICBANCO – RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2011, p. 85).

Percebe-se a preocupação destas instituições em divulgar ações que visam a redução das emissões de gases do efeito estufa. As evidenciações relacionadas com o indicador EN17 são:

Quadro 10: Indicador EN17 - Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso

Banco do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Energia adquirida – 17.663 tCO<sub>2</sub>e - redução de 40,20% em relação a 2010.</li> <li>✓ Viagens aéreas – 10.664 tCO<sub>2</sub>e - redução de 22,46% em relação a 2010.</li> </ul>
Itaú Unibanco	A instituição divulga que outras emissões de GEE indiretas relevantes somaram 178.653,9 tCO <sub>2</sub> e em 2011.
Bradesco	Emissões de 200.763,79 tCO <sub>2</sub> e. A instituição divulga que houve aumento significativo das emissões, em 2011, em decorrência da inclusão da metodologia para cálculo das emissões por disposição de resíduos em aterros, pelo Programa Brasileiro GHG <i>Protocol</i> .
Santander	A instituição divulga o inventário de GEE relativo ao exercício de 2011: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ viagens em aeronaves – 10.515; viagens terrestres – 10.525;</li> <li>✓ resíduos orgânicos – 683; resíduos orgânicos em terceiros – 4.291;</li> <li>✓ consumo elétrico em terceiros – 347; papa pilhas – 811;</li> <li>✓ transporte (fretados, transporte de valores) – 13.450; papel – 22.928;</li> <li>✓ construção de novas agências – 20.538; Totalizou 84.088 toneladas de CO<sub>2</sub>.</li> </ul>
Bicbanco	O Bicbanco relata que mensura suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes do consumo de energia e combustíveis, direta e indiretamente, conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG <i>Protocol</i> , descrito assim, no indicador EN16.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Observa-se que as instituições ao reportarem o indicador EN17 evidenciam o total de emissões. O Banco do Brasil e o Santander divulgam a emissão por categoria. Não há padronização dos dados e outro ponto observado é a diferença significativa de valores na comparação entre uma instituição e outra. O indicador EN19 foi assim evidenciado pelas instituições:

Quadro 11: Indicador EN19 - Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso

Banco do Brasil	O banco divulga que o indicador EN19 não é reportado em seu relatório de sustentabilidade pelo fato de que as atividades da instituição não exercem impactos na camada de ozônio como o caso específico do CFC 11. As duas possibilidades eram as geladeiras e ar condicionados existentes e estes foram substituídos por outros com tecnologia não nociva.															
Itaú Unibanco	A instituição divulga as emissões das seguintes substâncias no exercício de 2010: ✓ R22 – 1,7 toneladas; R141b – 0,2 toneladas; A instituição divulga as emissões das seguintes substâncias no exercício de 2011: ✓ R22 – 6,7 toneladas; R141b – 0,5 toneladas; ✓ R22 – 0,4 toneladas CFC-11 equivalente; R141b - 0,06 toneladas CFC-11 equivalente.															
Bradesco	O Bradesco evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011: ✓ HFC-134a - 148,72 tCO <sub>2</sub> e; R-407C - 47,03 tCO <sub>2</sub> e.															
Santander	A instituição divulga as emissões das seguintes substâncias em Kg: <table style="margin-left: auto; margin-right: auto; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">Ano 2010</th> <th style="text-align: center;">Ano 2011</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>✓ R22</td> <td style="text-align: center;">18.183</td> <td style="text-align: center;">13.879</td> </tr> <tr> <td>✓ R141</td> <td style="text-align: center;">1.675</td> <td style="text-align: center;">1.500</td> </tr> <tr> <td>✓ R11</td> <td style="text-align: center;">97</td> <td style="text-align: center;">zero</td> </tr> <tr> <td>✓ R407</td> <td style="text-align: center;">47</td> <td style="text-align: center;">283</td> </tr> </tbody> </table>		Ano 2010	Ano 2011	✓ R22	18.183	13.879	✓ R141	1.675	1.500	✓ R11	97	zero	✓ R407	47	283
	Ano 2010	Ano 2011														
✓ R22	18.183	13.879														
✓ R141	1.675	1.500														
✓ R11	97	zero														
✓ R407	47	283														
Bicbanco	A instituição refere-se ao sistema de ar condicionado dos escritórios e agências que conta com aparelhos de climatização, os quais operam em ciclos convencionais a R22, com capacidades típicas de 10 TR, tendo consumido 130 Kg de refrigerante em 2011. Sendo assim, o banco relata que não emite quantidades significativas de substâncias destruidoras da camada de ozônio no desenvolvimento de suas atividades.															

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Nos dados apresentados percebe-se que as instituições que divulgaram o indicador através de classificação por substância foram o Itaú Unibanco, Bradesco e Santander. O Banco do Brasil divulga que não há emissão de substâncias na atmosfera decorrente de sua atividade, já o Bicbanco destaca as emissões pelo uso do sistema de ar condicionado. Não há padronização nas divulgações, bem como as instituições que divulgaram dados relativos ao exercício anterior foram o Itaú Unibanco e o Santander. No Quadro 12 constam as evidências relacionadas com o indicador EN20.

Quadro 12: Indicador EN20 - NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso

Banco do Brasil	A instituição divulga que não está reportando o indicador EN20 em seu relatório de sustentabilidade em virtude de o banco ainda não possuir mecanismos de mensuração de emissão de NOx e SOx.
Itaú Unibanco	O Itaú Unibanco informa que não tem emissões significativas de POP, VOC, HAP, e emissões de chaminé e fugitivas. Informa os seguintes dados relativos a 2011. ✓ NOx – 51,9 toneladas; SOx – 3,4 toneladas; TOC – 4,9 toneladas; ✓ PM – 3,5 toneladas; CO – 11,8 toneladas.
Bradesco	O Bradesco evidencia os seguintes dados relativos ao exercício 2011: ✓ NOx – 1.102.426 kg; SOx – 62.279 kg.
Santander	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN20.
Bicbanco	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN20.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

No indicador EN20 somente duas instituições divulgaram os dados: Itaú Unibanco e Bradesco. O Banco do Brasil informa que não dispõe de mecanismos para apuração dos dados e o Santander e o Bicbanco não evidenciaram qualquer informação. As evidências relacionadas com o indicador EN21 são:

Quadro 13: Indicador EN21 - Descarte total de água, por qualidade e destinação

Banco do Brasil	O banco não reporta o indicador EN21 em seu relatório e divulga que é uma instituição financeira, sendo que o descarte de água é doméstico tratado pelas concessionárias e não há impactos significativos.
Itaú Unibanco	A instituição divulga o total consumido, sendo o mesmo que o total descartado que atinge 2.058.707 m <sup>3</sup> /ano. A instituição informa que o consumo de água do banco não afeta significativamente suas fontes hídricas, pois os prédios administrativos e agências utilizam água apenas para atender às necessidades básicas dos funcionários, refrigeração e limpeza do ambiente. O descarte, que ocorre via estações de tratamento de esgoto (ETEs), também não afeta significativamente os corpos d'água ou habitats.
Bradesco	O banco divulga que toda a água, aproximadamente 1.621.640 m <sup>3</sup> , utilizada nas operações do Bradesco é descartada em esgoto doméstico.
Santander	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN21.
Bicbanco	A instituição divulga que toda a rede de agências e a administração central captam e descartam água com as empresas de saneamento básico local.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

O indicador EN21 foi divulgado apenas pelo Itaú Unibanco e pelo Bradesco, sendo que este não reporta se a quantidade é anual como ocorre no Itaú Unibanco. Das instituições que reportam o indicador (Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Bradesco e BicBanco) todas se referem ao descarte de uso doméstico, não sendo a água reutilizada em nenhuma das instituições. Nas divulgações relacionadas com o indicador EN22 têm-se:

Quadro 14: Indicador EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição

Banco do Brasil	A instituição divulga o Programa Ecoeficiência, mantido desde 2008 que foi ampliado em 2011 e chegou a todos os municípios paranaenses onde o Banco do Brasil atua com o encaminhamento dos resíduos a cooperativas e/ou associações de catadores. A instituição relata que em 2011 foram coletados 397.933 Kg de papel A4 através do Programa de coleta seletiva e destes 291.110 Kg foram doados as entidades mencionadas.
Itaú Unibanco	O banco divulgou que em 2011, foram coletadas e descartadas 5.357 toneladas de lixo eletrônico (computadores, impressoras, monitores e outros equipamentos eletrônicos) oriundo da administração central, dos <i>data centers</i> , das agências e do almoxarifado do banco. A instituição divulgou ainda dados relativos ao exercício 2011: <u>Total de resíduos por toneladas:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Resíduos não perigosos – 12.396,89;</li> <li>✓ Resíduos perigosos - 70.968 unidades de lâmpadas e 4.901 cartuchos;</li> <li>✓ Resíduos não especificados – 6,7.</li> </ul> <u>Resíduos por destinação (toneladas)</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Resíduos não perigosos – 12.396,89 (Compostagem – 351,44; Reciclagem – 10.282,09; Aterro sanitário – 1.549,06; Aterro industrial – 214,30);</li> <li>✓ Resíduos perigosos – 2.487,75 (Reciclagem - 70.968 unidades de lâmpadas e 4.901 cartuchos – 2.484,45; Desativação eletrotérmica – 0,7; Aterro industrial – 2,6);</li> <li>✓ Resíduos não especificados – 6,7; Destinação não especificada – 6,7</li> </ul> Os resíduos laboratoriais são tratados por empresa especializada em processo de desativação eletrotérmica; após o processo, ele é destinado ao aterro sanitário como resíduo comum.
Bradesco	A instituição divulgou os seguintes dados, bem como o método de disposição referente 2011: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sucata proveniente dos carros sinistrados - 2.340 ton.; Papel-carbono - 7.800,00 kg; Quantidade de lacres - 14.208 kg; Lâmpadas - 33.492 unidades; Papel - 2.154.163,73 kg; Papelão 101.184,81 kg; Plástico 26.054,13 kg; Vidros 561,20 kg; Madeira 32,97 (m<sup>3</sup>); Metais 2.115,36 kg; Cheque compensado e reciclado 1.604; Materiais pós-arquivo morto reciclados – 570; Correspondências de produtos/serviços Bradesco retornados - 53,08 toneladas – método de disposição reciclagem;</li> <li>✓ Resíduos orgânicos 48.260,00 kg – método de disposição compostagem;</li> <li>✓ Resíduos orgânicos 1.773.658,81 kg – método de disposição aterro sanitário;</li> <li>✓ Resíduos tecnológicos da Organização 254.759 kg – método de disposição reciclagem e reprocessamento;</li> </ul>
Santander	Foram divulgados os seguintes percentuais relativos a 2011: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ classe II - A (concreto, alvenaria, cerâmica e terra, entre outros), 45% do total foram reciclados ou reutilizados.</li> <li>✓ classe II - B (madeira, aço, plástico e papel, por exemplo), esse índice chega a 47%.</li> </ul> Ainda em 2011, foi implantada uma central de compostagem na Torre Santander e passou a tratar todos os resíduos orgânicos, que agora são transformados em composto orgânico. Nos prédios administrativos certificados com a norma ISO14001 (Torre Santander e CASA1, em São Paulo; Savassi, em Belo Horizonte; Rio Branco, no Rio de Janeiro; e a agência de Fernando de Noronha, em Pernambuco), foram melhorada a coleta seletiva para 38,8% do total em 2011. Em 2010, o índice era 26,1%.
Bicbanco	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN22.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Na divulgação dos dados sobre o indicador EN22 destaca-se o Itaú Unibanco, Bradesco e Santander que atendem ao indicador, evidenciando cada material e o método de disposição. Já o Banco do Brasil reporta-se unicamente a reciclagem de papel e relata dados somente do Paraná, não se reportando às demais áreas do território nacional onde a instituição atua. Por fim, o Bicbanco não divulgou dados sobre o indicador. Nas evidências do indicador EN28 as instituições informam o que segue:

Quadro 15: Indicador EN 28 - valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais

Banco do Brasil	O Banco divulgou que no período não houve registros relacionados ao tema.
Itaú Unibanco	A instituição divulgou que nos últimos dois anos, não houve multas significativas (acima de R\$ 500 mil) ou sanções não monetárias por não conformidade com leis e regulamentos.
Bradesco	O Bradesco informa que recebeu, em 2011, uma denúncia referente ao uso de geradores no Prédio Santa Cecília, onde funciona o <i>call center</i> . A denúncia veio de um vizinho, que reclamava do ruído e da fumaça dos geradores. O Banco recebeu, então, um Auto de Intimação, que exigia a instalação de equipamentos de controle de poluição e saída de fumaça em três de seus geradores. Pelo Auto de Inspeção, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, foi constatada infração ambiental e aplicada multa de R\$ 400 mil pelo lançamento de resíduos gasosos. O Bradesco acordou um Termo de Ajustamento de Conduta, no qual se comprometeu a instalar o sistema de controle de poluição. O equipamento foi instalado em maio de 2011, reduzindo a multa aplicada a 10% do valor original.
Santander	Não foi identificada evidência sobre o indicador EN28.
Bicbanco	A instituição evidencia que não registrou multas desta natureza durante o ano de 2011.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade de 2011.

Pelos dados apresentados, a única instituição a evidenciar sanção ao que se refere ao indicador EN28 foi o Bradesco. O Itaú Unibanco informou que não teve multa acima de R\$ 500 mil, não informando aos usuários possíveis valores inferiores. Já o Banco do Brasil e o Bicbanco divulgaram que não tiveram penalidades dessa natureza no exercício de 2011, e não foi verificada evidências do indicador no Santander.

## 5 Considerações Finais

O artigo visa ampliar o estudo do tema referente a divulgação de informações ambientais por parte de instituições financeiras, na medida em que se propôs a descrever o comportamento de instituições pertencentes à carteira do ISE 2011 quanto à aderência ao que estabelece a *Global Reporting Initiative* - Suplemento Setorial de Serviços Financeiros relativo à divulgação de informações de natureza ambiental nos relatórios de sustentabilidade.

A análise dos dados é descritiva, tendo sido elaborada com base na técnica de análise de conteúdo. É possível observar na leitura dos relatórios que algumas instituições, ao apresentarem informações sobre alguns indicadores, reportam-se a dados do exercício de 2010. Entretanto, outras apresentam informações sobre o mesmo indicador unicamente com dados de 2011.

Quanto às unidades de medida evidenciadas pelas instituições nos indicadores não há estabelecimento de um padrão, o que dificulta a comparação da própria instituição em relação ao consumo do exercício atual e do anterior, bem como a comparação entre as instituições. Essa padronização das unidades de medidas é fator relevante para a análise dos *stakeholders*.

Com relação ao comentário adicional sugerido pela GRI – SSSF sobre a emissão de gases de efeito estufa relacionada com viagens de negócios, observa-se que o Banco do Brasil e o Bicbanco apresentam tal comentário com pouca abrangência. Quanto ao comentário adicional para especificar que os principais resíduos das instituições financeiras são o papel e o lixo eletrônico, não são identificadas observações, embora as instituições reportem o consumo, método de disposição e apresentam dados quanto a reciclagem e reutilização.

De forma geral, pode se considerar que as evidências apresentadas pelas instituições financeiras da amostra são aderentes ao que preceitua o padrão *Global Reporting Initiative*, pois a quase a totalidade destas faz referência aos indicadores. Assim, considera-se que o estudo torna-se pertinente à medida que permite visualizar as informações apresentadas pelas instituições em relação aos processos que visam minimizar os impactos ao meio ambiente, entendendo-se que a questão de pesquisa está respondida e o objetivo alcançado.

As análises apresentadas no estudo não podem ser generalizadas, pois se baseiam em uma amostra composta por cinco instituições financeiras, podendo ocorrer algum viés em razão da localidade, área de abrangência, público-alvo, bem como de interpretação dos pesquisadores, uma vez que foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para verificação da aderência das informações ambientais.

Torna-se válido o registro da possibilidade de continuidade do trabalho. Pesquisas futuras podem ter abordagem direcionada a outras instituições financeiras, nacionais e internacionais. Ainda, pode-se averiguar a relação dos indicadores ambientais com o volume de intermediação financeira, resultando em percentuais comparativos de mitigação dos impactos ambientais entre as instituições. Essas questões, não menos complexas, por sua própria profundidade e relevância merecem uma discussão mais ampla de maneira a gerar novas pesquisas.

## Referências

ACHUA, Joseph K. Corporate social responsibility in Nigerian banking system. **Society and Business Review**, v. 3, Iss: 1, p. 57 – 71, 2008.

ACQUIER, Aurélien; AGGERI, Franck. Une genealogie de la pensée manageriale sur la RSE. **Revue Française de Gestion**, Paris, n. 180, p. 131-157, 2008/1. Disponível em: <http://dolanca.free.fr/Seminaire/Une%20g%E9n%202008.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2012.

AMARAL, Sergio Pinto. **Estabelecimento de Indicadores e Modelo de Relatório Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica**: Uma Proposta para a Indústria de Petróleo Brasileira. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências do Planejamento Energético e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharias da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARIBI, Zakaria Ali; GAO, Simon. Corporate social responsibility disclosure: A comparison between Islamic and conventional financial institutions. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, v. 8 Iss: 2 p. 72 – 91, 2010.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portallbb/page3,136,3433Ret=214&bread=1>. Acesso em: 07 dez. 2012.

BARDIN, Laurence (1997). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BEATO, Roberto Salgado; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara dos Santos. Rentabilidade dos Índices de Sustentabilidade Empresarial em Bolsas de Valores: Um Estudo do ISE/Bovespa. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 108-127, set./dez. 2009.

BENEDICTO, Samuel Carvalho De; STIEG, Carlos Maciel; LEMES, Edilei Rodrigues de; SILVA Filho, Cândido Ferreira da. Responsabilidade Socioambiental e estratégias em instituições financeiras públicas e privadas. In: ENGEMA., **Anais...**, 2012. São Paulo.



*Desafios e Tendências  
da Normatização Contábil*

BICBANCO. **Relatório de Sustentabilidade.** Disponível em: <http://www5.bicbanco.com.br/port/infofinan/anual.asp>. Acesso em: 07 dez. 2012.

BM&FBovespa. **Carteira do ISE 2012.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias/2010/Carteira-do-Indice-de-Sustentabilidade-Empresarial-para-2011-reune-seis-novas-empresas-a-2010-11-25.aspx?tipoNoticia=1&idioma=pt-br>. Acesso em: 02 nov. 2012.

BRADESCO. **Relatório de Sustentabilidade.** Disponível em: <http://www.bradesco.com.br/abertura.html>. Acesso em: 07 dez. 2012.

CALDELLI, Andrea; PARMIGIANI, Marisa Luiza. Management Information System – A tool for Corporate Sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 55, 2004.

DAY, Day; WOODWARD, Thérèse. CSR reporting and the UK financial services sector. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 10, Iss: 3, p. 159 – 175, 2009.

FAROOK, Sayd; HASSAN, M. Kabir; LANIS, Roman. Determinants of corporate social responsibility disclosure: the case of Islamic banks. **Journal of Islamic Accounting and Business Research**, v. 2 Iss: 2 p. 114 – 141, 2011.

FRIEDMAN, Benjamin M. **As consequências morais do crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Record, 2009. Tradução: Renato Bittencourt.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2010.

GRI - *Global Reporting Initiative.* **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade & Suplemento Setorial de Serviços Financeiros**, versão 3.0/SSSF (2010). Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-FSSS-Complete.pdf>>Acesso em: 08 jan. 2013

ITAÚ UNIBANCO. **Relatório de Sustentabilidade.** Disponível em: <http://ww13.itaubank.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port>. Acesso em: 07 dez. 2012.

KHAN, Md. Habib-Uz-Zaman; HALABI, Abdel K.; SAMY, Martin. Corporate social responsibility (CSR) reporting: a study of selected banking companies in Bangladesh. **Social Responsibility Journal**, v. 5 Iss: 3, p. 344 – 357, 2009.

KHAN, Md. Habib-Uz-Zaman; ISLAM, Muhammad Azizul, FATIMA, Johra Kayeser; AHMED, Khadem Ahmed. Corporate sustainability reporting of major commercial banks in line with GRI: Bangladesh evidence. **Social Responsibility Journal**, v. 7, Iss: 3, p. 347 – 362, 2011.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral. O marketing e o social nos bancos brasileiros: evidências de relações assimétricas. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 117-141, jan./abr. 2010.



## Desafios e Tendências da Normatização Contábil

NASCIMENTO, Vanessa Marcela; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte Do Valle; SILVA, Sérgio Luiz Da; BELLEN, Hans Michael Van. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios das empresas do setor bancário brasileiro. In: CONGRESSO USP-FEPECAFI, **Anais...**, 2011. São Paulo. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/=b&con=1>. Acesso em: 12 fev. 2013.

SANTANDER. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanalTpEW2UQ==>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

SANTOS, Maria João Nicolau; SILVA, Rogério Rodrigues da. A Importância da Responsabilidade Social Corporativa para a Potenciação do Capital Social em Pequenas e Médias Empresas. **Revista de Ciências da Administração**. v. 12, n. 27, p. 190-207, mai-ago./2010. Disponível em: [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br). Acesso em 27 nov. 2012

STRUGATCH, Warren. Turning values into valuation: Can corporate social responsibility survive hard times and emerge intact? **Journal of Management Development**, v. 30, Iss: 1, p. 44 – 48, 2011. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com.ez116.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em: 19 out. 2012.

SUN, Li. Further evidence on the association between corporate social responsibility and financial Performance. **International Journal of Law and Management**, v. 54 Iss: 6 p. 472 – 484, 2012.

VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de; ALVES, Mario Aquino; PESQUEUX, Yvon. Responsabilidade Social Corporativa e Desenvolvimento Sustentável: olhares habermasianos. **Revista de Administração e Economia**. v. 52, n. 2, p. 148-152, mar./abr.2012.

VENTURA, E. C. **Responsabilidade Social em Instituições Financeiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

WAJNBERG, Daniel; LEMME, Celso Funcia. Exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e desempenho financeiro corporativo nos bancos brasileiros. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2009.